

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura - 1.ª Sessão Legislativa

ATA NÚMERO DEZASSEIS

Aos dez dias do mês de março de dois mil e vinte, pelas quinze horas, na sala de reuniões número dez do Palácio de S. Bento reuniu a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território (CAEOT), na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.ª Parte

Audiência com a **ZERO** para apresentação do estudo sobre as Leis do Clima na União Europeia e Reino Unido

2.ª Parte

1. Aprovação da Ata n.º 15

2. Petições

Redistribuída / nomeação de Relator

Petição 7-XIV-1.ª - Armadilhas Não: proibir fabrico, posse e venda de armadilhas para aves

3. Iniciativas legislativas:

Distribuição

PJL 222/XIV-PEV - Interdição de voos noturnos salvo por motivo de força maior

Pareceres

PJL 145/XIV-PAN - Determina a restrição da realização de voos noturnos, salvo por motivo de força maior

PJL 212/XIV-BE - Interdita a ocorrência de voos civis noturnos, salvo aterragens de emergência ou outros motivos atendíveis

4. Projetos de Resolução

Baixa / apreciação

PJR 261/XIV-BE - Recomenda o controle rigoroso dos aterros e medidas tendentes à garantia da redução drástica de resíduos canalizados para aterro em Portugal

PJR 288/XIV-PAN - Recomenda ao Governo a redução da deposição de resíduos em aterro e o encerramento de todos os aterros que não cumpram os requisitos de exploração

PJR 305/XIV-PEV - Privilegiar a política dos 3 «R» em detrimento das soluções de fim de linha

PJR 264/XIV-BE - Recomenda a modernização da rede de monitorização da qualidade do ar

PJR 287/XIV-PAN - Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ar a nível nacional

5 - Apreciação e votação do **Parecer** sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020

6 - Nomeação de Relator para elaboração de **Parecer** sobre **Conta Geral do Estado 2018**

7. Outros assuntos.

- Presenças:

José Maria Cardoso (BE); Paulo Leitão (PSD); Luís Graça (PS); Alexandre Quintanilha (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); Joaquim Barreto (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Ricardo Pinheiro (PS); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Daniel Carvalho (PSD); Hugo Pires (PS); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Nuno Miguel Carvalho (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); Alma Rivera (PCP); João Gonçalves Pereira (CDS/PP); André Silva (PAN); Mariana Silva (PEV); Joacine Katar Moreira (Ninsc)

- Faltas:

Ana Passos (PS); André Pinotes Batista (PS);

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL1/COM/11_CAEOT/, dando-se o seu conteúdo aqui por reproduzido, e fazendo parte integrante da presente Ata.

O **Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território**, Senhor **Deputado José Maria Cardoso**, deu as boas vindas à organização não governamental **Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável** – representada pelo seu **Presidente, Prof. Francisco Ferreira**, e pela sua **Vice-Presidente, Carla Graça**, após o que enquadrou o âmbito da audiência e recordou a grelha de tempos da audiência parlamentar.

Teve lugar a exposição inicial do **Prof. Francisco Ferreira** sobre a Lei do Clima, começando mencionar a existência em dez países da União Europeia e nalguns países da União Europeia (cinco) de leis do clima aprovadas e adoptadas. Nomeadamente, o Reino Unido conta desde 2008 com uma das leis do clima mais interessantes. Outros países têm leis do clima em preparação.

Considerou muito relevante Portugal ter um Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e estar em preparação uma lei europeia no clima. No entanto, estes documentos não retiram a necessidade de ser aprovada uma lei do clima a nível nacional - há um conjunto de especificidades que importa trazer para a legislação portuguesa, a lei europeia não substitui as leis nacionais, sendo essencial o peso político de um compromisso juridicamente vinculativo a nível nacional que extravase o período de legislatura. Do mesmo modo, considera que se justifica a autonomização da Lei do Clima em relação a uma Lei de Bases do Ambiente (LBA), conforme tem sido praticada nos outros países, atendendo a que a Lei do Clima envolve um nível de detalhe que não se coaduna com o seu encaixe nalguns artigos da LBA.

O objetivo é que a lei do clima seja o mais completa e abrangente possível, amplamente discutida, com uma base de consenso alargado. O estabelecimento de metas é um elemento imprescindível numa lei do clima. No caso português, essas metas já resultam do plano nacional de energia e clima, mas seria importante Portugal definir um orçamento de carbono, que permitiria uma melhor gestão de emissões, nomeadamente em anos de seca ou incêndios.

Uma legislação do clima serve para assegurar o cumprimento de metas, a transversabilidade das medidas, os mecanismos de transição justa. Entre os aspectos a abordar devem incluir-se as vinculações de Portugal no contexto Europeu e no quadro das Nações Unidas mas também o envolvimento da comunidade científica (por via de um comité científico independente), sendo essencial um processo legislativo participado, antes, durante e depois, contemplando a possibilidade de pronúncia previa de todos os envolvidos (CES, sindicatos, diferentes elementos do sistema económico, confederações, sindicatos, consumidores, universidades).

Transmitiu a disponibilidade do coordenador do estudo europeu comparado para aprofundar o debate, nomeadamente através da colaboração num workshop com os parlamentares interessados, para apresentação detalhada da pesquisa realizada e abordagem densificada dos temas, sugerindo a possibilidade de realização de um encontro organizado em parceria entre a Zero e Assembleia da República, semelhante ao realizado em 2019, com possivelmente em setembro deste ano.

Colocaram questões os Senhores **Deputado Miguel Matos (PS)**, **Deputado Bruno Coimbra (PSD)**, **Deputado Nelson Peralta (BE)**, **Deputada Alma Rivera (PCP)**, **Deputado André Silva (PAN)**, **Deputada Mariana Silva (PEV)**.

Devolvida a palavra aos representantes da **Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável**, o **Prof. Francisco Ferreira** agradeceu as perguntas colocadas. Relativamente à periodicidade da avaliação, esclareceu que é prática a elaboração de relatórios anuais complementada com avaliações quinquenais de orçamento de



carbono (5 anos é o que está previsto nas outras leis, reduzir para 3 anos poderiam não permitir o mesmo espectro de indicadores). Esclareceu que um orçamento de carbono implica necessariamente medidas, enquanto um roteiro trabalha com cenários com metas.

Congratulou-se com a existência de um roteiro, que traduz uma grande vitória. Todavia, lembrou que as Nações Unidas consideram que, para atingir o objectivo de manter aumento de temperatura até 1,5 graus, a neutralidade carbónica tem de ser atingida até 2044, senão terão de ser tomadas outras medidas menos fiáveis. Referiu também um estudo do European Environmental Bureau (EEB) que correlaciona PIB e alterações climáticas e que coloca em reflexão a situação de alguns países estarem a atingir os objetivos valendo-se de recursos/equipamentos gerados ou produzidos noutros países de elevada pegada. Finalizou, congratulando-se pelo consenso existente quanto à necessidade de existência desta lei, mostrando que seria muito positivo se Portugal pudesse ter essa legislação aprovada antes do verão de 2021.

Agradecendo a deslocação e os esclarecimentos apresentados, o Presidente da Comissão concluiu a audiência.

Na segunda parte, o Senhor Presidente, **Deputado José Maria Cardoso**, submeteu a apreciação e votação a **Ata n.º 15**, que foi aprovada por unanimidade.

Passados ao **ponto dois**, a **Petição 7-XIV-1.^a** - *Armadilhas Não: proibir fabrico, posse e venda de armadilhas para aves*, foi distribuída ao GP PSD que indicou como relator o Senhor **Deputado João Marques**.

O P JL 222/XIV-PEV - *Interdição de voos noturnos salvo por motivo de força maior* foi distribuída ao Senhor Deputado Rui Cristina (PSD)

O Senhor **Deputado Rui Cristina (PSD)** apresentou o parecer elaborado sobre o P JL 145/XIV-PAN - *Determina a restrição da realização de voos noturnos, salvo por motivo de força maior*. O Senhor **Deputado Andre Silva (PAN)** suscitou questões relativas à nota técnica e, por decorrência desta, ao parecer, discordando com a análise feita no ponto 2 do parecer. Considerou que a iniciativa visa exatamente atuar até à implementação do regulamento europeu. Assinalou ainda a omissão da comparação com aeroportos que não têm qualquer movimento noturno (Munique, Zurique, Frankfurt), que deveria constar. Por último, mencionou as referências feitas aos pareceres das Regiões Autónomas. Sanadas estas questões, manifestou disponibilidade de votar a favor. Intervieram ainda os Senhores **Deputado Hugo Pires (PS)** e **Deputada Alma Rivera (PCP)**. O autor do parecer manifestou disponibilidade para proceder alteração aspetos factuais referenciados. Submetido a



votação, o parecer foi **aprovado**, com a abstenção BE, PS, PCP e PEV, votos contra PAN e a favor do PSD.

A Senhora **Deputada Alma Rivera (PCP)** apresentou o parecer elaborado sobre **PJL 212/XIV-BE** - *Interdita a ocorrência de voos civis noturnos, salvo aterragens de emergência ou outros motivos atendíveis*, feita a ressalva que não cabe nesta sede tecer considerações materiais sobre a iniciativa. O parecer foi **aprovado por unanimidade**.

A apreciação e discussão conjunta dos **PJR 261/XIV-BE** - *Recomenda o controle rigoroso dos aterros e medidas tendentes à garantia da redução drástica de resíduos canalizados para aterro em Portugal* e **PJR 288/XIV-PAN** - *Recomenda ao Governo a redução da deposição de resíduos em aterro e o encerramento de todos os aterros que não cumpram os requisitos de exploração* foi **adiada**, a pedido do **GP do PAN**.

A apreciação e discussão conjunta dos **PJR 264/XIV-BE** - *Recomenda a modernização da rede de monitorização da qualidade do ar* e **PJR 287/XIV-PAN** - *Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ar a nível nacional* foi **adiada**, a pedido do **GP do PS**.

O Senhor **Deputado Hugo Pires (PS)** apresentou o parecer elaborado sobre o **Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020**. Interveio o Senhor **Deputado Bruno Coimbra (PSD)**.

O parecer foi **aprovado por unanimidade**.

O **Parecer sobre Conta Geral do Estado 2018** foi distribuído ao GP PS, cabendo a sua elaboração ao Senhor **Deputado Ricardo Pinheiro (PS)**.

Na rubrica "Outros Assuntos" foi colocado à consideração um pedido de audiência da **APED** relativo a iniciativas legislativas sobre redução de embalagens. O Senhor **Deputado Bruno Coimbra**, em nome do GP PSD, considerou que se mantém a oportunidade de ouvir esta entidade. O Senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)** interveio depois, suscitando a questão da prioridade da sua concessão em relação a outras anteriores. Tendo sido assegurado que a ordem de concessão das audiências seria respeitada, foi consensualizada a sua concessão pelo Grupo de Trabalho de Audiências.

Relativamente ao pedido formulado pelos **Amigos das Árvores de Sintra** foi igualmente deliberada a concessão em Grupo de Trabalho de Audiências.

O Senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)** pediu a palavra para apresentar um pedido de aditamento da **Autoridade Nacional de Proteção Civil** ao rol de entidades a ouvir sobre o Aeroporto do Montijo. O Senhor Presidente deu nota de



idêntico pedido apresentado pelo Grupo Parlamentar do PAN. Após a apreciação de ambos os pedidos, o aditamento foi aceite unanimemente.

O Senhor **Deputado Bruno Coimbra (PSD)** requereu o aditamento da **Câmara Municipal da Azambuja, da Comissão Técnica do Amianto e CCCR LVT** ao requerimento aprovado a propósito do aterro da Azambuja, pedido esse que também mereceu anuência unânime por parte da Comissão.

Foi dada nota que o **GEOTA** apresentou um pedido para ser integrada no grupo de audições de ONGs a realizar sobre o Aeroporto do Montijo no próximo dia 18 de março, o que foi aceite consensualmente. Foi igualmente aceite a proposta apresentada pelo Gabinete SEAP para a realização conjunta com o **Ministro das Infraestruturas e Habitação** à audição requerida do Ministro do Ambiente e da Ação Climática sobre o referido aeroporto.

O Senhor Presidente da Comissão transmitiu o convite da Ocean Alive para visitar as pradarias do Sado, sendo consensualizada sua aceitação e a realização da visita, em datas a concertar.

Por sua vez, o Senhor **Deputado Luis Graça (PS)** propôs a realização de uma visita à ilha da culatra, no final da sessão legislativa.

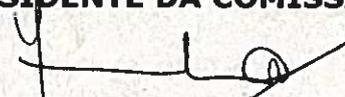
Foram solicitadas propostas para a realização da **Conferencia sobre Amianto**, conjunta com a 8.^a Comissão.

A Senhora **Deputada Alma Rivera (PCP)** pediu a palavra para abordar a situação relativa à divulgação de iniciativas partidárias pelo mail da Comissão, no que mereceu a concordância do GP PSD, atendendo a que os Grupos Parlamentares tem recursos para esses efeitos.

Por fim, foi dada nota dos próximos trabalhos da Comissão, ficando agendada a próxima reunião para dia 17 de março, pelas 16H30.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 17 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



José Maria Cardoso



04.02.2020_CLIMATE LAWS IN EUROPE-FULAWS IN EUROPE-SU



04.02.2020_CLIMATE LAWS IN EUROPE-SU



Proposta Lei do
Clima_UE.pdf